Demonstrações financeiras

Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.

31 de dezembro de 2022 e 2021 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 6° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil Tel: +55 21 3263-7000 ev com br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.** Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra dos Cavalinhos II Energética S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra dos Cavalinhos II Energética S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou er



Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. CRC-SP 015.199/F

Leonardo Araújo Ferreira Contador CRC-RJ 116.384/O

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.468	4.302
Contas a receber	4	2.624	4.194
Estoques	5	1.093	1.003
Impostos a recuperar		139	269
Despesas antecipadas		252	219
Total do ativo circulante		5.576	9.987
Não circulante			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	6	5.979	6.075
Imobilizado	7	167.527	171.014
Arrendamento	8	93	71
Total do ativo não circulante		173.599	177.160
Total do ativo	<u> </u>	179.175	187.147

	Notas	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	9	1.511	3.398
Empréstimos e financiamentos	10	8.030	7.983
Impostos e contribuições a recolher		538	625
Dividendos a pagar	17	-	2.184
Arrendamento	8	141	80
Outras contas a pagar		34	32
Total do passivo circulante		10.254	14.302
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	42.133	49.613
Provisão para contingências	11	24	-
Arrendamento	8	-	32
Total do passivo não circulante		42.157	49.645
Patrimônio líquido			
Capital social	12	115.438	115.438
Reservas de lucros	12	11.326	7.762
Total do patrimônio líquido		126.764	123.200
Total do passivo e do patrimônio líquido		179.175	187.147

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	13	30.059	44.815
Custo de geração de energia	14	(10.489)	(27.463)
Lucro bruto		19.570	17.352
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	14	(131)	(106)
Outras (despesas) receitas operacionais		(385)	648
		(516)	542
Lucro operacional antes do resultado			
financeiro e dos impostos		19.054	17.894
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	994	2.234
Despesas financeiras	15	(4.875)	(8.753)
200000000000000000000000000000000000000		(3.881)	(6.519)
Lucro antes do imposto de renda			
e da contribuição social		15.173	11.375
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	16	(1.292)	(2.180)
Gariante		(1.292)	(2.180)
Lucro líquido do exercício		13.881	9.195
Lacio liquido do exercicio		13.001	9.130

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	13.880	9.195
Outros resultados abrangentes Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	13.880	9.195

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Reservas de l	ucros		
	Notas	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	_	124.638	751	10.702	-	136.091
Redução de capital	12.a	(9.200)	-	-	-	(9.200)
Declaração de dividendos	12.c	-	-	(10.702)	-	(10.702)
Lucro líquido do exercício	12.b	-	-	-	9.195	9.195
Constituição de reserva legal	12.b	-	460	-	(460)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.c	-	-	-	(2.184)	(2.184)
Constituição de reserva de lucros	12.b	-	-	6.551	(6.551)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	_	115.438	1.211	6.551	-	123.200
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	12.c	-	-	(6.551)	-	(6.551)
Declaração de dividendos intermediários		-	-	-	(3.766)	(3.766)
Lucro líquido do exercício	12.b	-	-	-	13.881	13.881
Constituição de reserva legal	12.b	-	694	-	(694)	-
Constituição de reserva de lucros	12.b	-	-	9.421	(9.421)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	_	115.438	1.905	9.421	-	126.764

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		40.004	0.405
Lucro líquido do exercício Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação		13.881	9.195
do lucro líquido (prejuízo) com o fluxo de caixa			
Depreciação de ativo imobilizado	7	5.478	5.368
Extensão de outorga	7	-	(986)
Depreciação de arrendamento	8	168	71
Juros sobre arrendamento	8	6	9
Juros sobre contas a pagar risco hidrológico		-	4.336
Encargos financeiros, líquidos	10	4.846	4.390
Baixa de ativo imobilizado	7	11	151
Provisão para contingências	11	24	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		1.570	359
Estoques		(90)	(35)
Impostos a recuperar		130	(137)
Despesas antecipadas		(33)	(100)
Outros		-	64
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		(1.887)	1.573
Impostos e contribuições a recolher		(87)	66
Contas a pagar risco hidrológico		-	(30.185)
Outras contas a pagar Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2 24.019	(5.829)
Caixa ilquido gerado pelas atividades operacionais		24.019	(5.629)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	_	96	(3.036)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	7	(2.002)	(512)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.906)	(3.548)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(7.811)	(7.791)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	10	(4.468)	(4.396)
Pagamento de arrendamento	8	(167)	(76)
Redução de capital Dividendos pagos	12	(12.501)	(9.200) (14.269)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(24.947)	(35.732)
		•	
Diminuição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		(2.834)	(45.109)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		4.302	49.411
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		1.468	4.302
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		(2.834)	(45.109)
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		657	1.177
Valores pagos de CS:		480	662

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Serra dos Cavalinhos II Energética S.A. ("Serra dos Cavalinhos II" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto a implantação e a exploração, como produtor independente, da Pequena Central Hidrelétrica Serra dos Cavalinhos II ("PCH"), localizada nos municípios de Monte Alegre dos Campos e São Francisco de Paula, com 29,025 MW de potência instalada, cuja exploração foi autorizada por meio da Resolução da ANEEL nº 2.509, de 19 de agosto de 2010.

A PCH Serra dos Cavalinhos II entrou em operação comercial a partir de 23 de fevereiro de 2013, conforme o Despacho nº 469 da ANEEL.

PCH	Potência em MW	Autorização ANEEL Resolução	Local
Serra dos Cavalinhos II	29,025	2.509/2010	Monte Alegre dos Campos e São Francisco de Paula - RS

Originalmente, o prazo de vigência da autorização da PCH era de 30 anos, contados a partir da data de publicação da Resolução Autorizativa nº 2.509/2010 (19 de agosto de 2010), encerrando em 18 de agosto de 2040.

Em 08 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.931/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH Serra dos Cavalinhos II teve o prazo de outorga estendido para 18 de junho de 2047.

Em 13 de outubro de 2021, a Resolução Autorizativa nº 10.748 em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, a PCH Serra dos Cavalinhos II teve seu prazo de outorga estendido para 23 de fevereiro de 2043.

Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta na Resolução Homologatória nº 2.931/2021. Desta forma, em 14 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a CCEE recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL. Por este motivo, ainda não foi publicada a Resolução Autorizativa de extensão de prazo de outorga para a PCH Serra dos Cavalinhos II em acordo com o disposto na Lei 14.182.

Ao fim do prazo da autorização, os bens e as instalações necessárias para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados e aprovados pela ANEEL, não previstos em projeto original, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional—Contexto operacional

A Sociedade possui contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

	Datas do	Datas do contrato		
Indústria	Início	Início Vencimento		
Comercializadora de energia (parte relacionada)	01/01/2013	30/06/2029		

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, respectivamente.

A Sociedade apresenta um Capital circulante líquido negativo de R\$ 4.680 (em 31 de dezembro de 2021 R\$ 4.315). As ações tomadas pela Sociedade para tornar a margem bruta positiva são de controle dos custos e ainda a Administração da Sociedade entende que o acionista, que possui capacidade para tal, continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária ("Lei n° 6.404/76"), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n° 11.638, de 28 de dezembro de 2007 ("Lei n° 11.638/07"), e pela Lei n° 11.941, de 27 de maio de 2009 ("Lei n° 11.941/09"), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos restituíveis e valores vinculados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) <u>Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado</u>

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, arrendamentos, empréstimos e financiamentos e dividendos a pagar.

c) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 7.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

e) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

f) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

f) Provisão--Continuação

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

g) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

h) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento dor recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas. Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

j) <u>Estimativas contábeis</u>

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

m) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários	1.068	2.433
Aplicações financeiras	400	1.869
Total	1.468	4.302

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2022	2021
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	-	1.750
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	400	119
			400	1.869

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	2022	2021
Venda de energia	1	1
Contas a receber – partes relacionadas	2.623	4.193
	2.624	4.194

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2022	2021
Saldo a vencer	2.624	3.442
Saldo vencido até 30 dias	-	752
Total	2.624	4.194

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

5. Estoques

	2022	2021
Estoque de reposição	1.093	1.003
	1.093	1.003

17

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2022	2021
Banco Itaú S.A.	Fundos	CDI	5.979	6.075
			5.979	6.075

A Sociedade possui, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 5.979 (R\$ 6.075 em 31 de dezembro de 2021) depositado em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

_			Em serviço			Em c	curso	
_	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	Total
31 de dezembro de 2020	481	25.746	141.955	55.663	28.086	511	675	253.117
Adições	-	-	986	-	-	4	508	1.498
Baixas	-	-	(81)	-	-	(19)	(51)	(151)
Transferências	-	17	77	22	-	(13)	(103)	-
31 de dezembro de 2021	481	25.763	142.937	55.685	28.086	483	1.029	254.464
Adições	_	_	_	-	_	42	1.960	2.002
Baixas	_	(15)	-	-	-	_	-	(15)
Transferências	65	1.439	494	55	-	-	(2.053)	-
31 de dezembro de 2022	546	27.187	143.431	55.740	28.086	525	936	256.451
31 de dezembro de 2020	(149)	(8.793)	(41.552)	(18.326)	(9.262)	-	-	(78.082)
Adições de depreciação	(6)	(808)	(2.526)	(1.345)	(683)	-	-	(5.368)
31 de dezembro de 2021	(155)	(9.601)	(44.078)	(19.671)	(9.945)	-	-	(83.450)
Adições de depreciação	(6)	(895)	(2.547)	(1.346)	(684)	-	-	(5.478)
Baixas de depreciação	-	4	-	-	-	-	-	4
31 de dezembro de 2022	(161)	(10.492)	(46.625)	(21.017)	(10.629)	-	-	(88.924)
Total em 31 de dezembro de 2021	326	16.162	98.859	36.014	18.141	483	1.029	171.014
Total em 31 de dezembro de 2022	385	16.695	96.806	34.723	17.457	525	936	167.527

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2021 e 2020 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário, a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

Para o cálculo da depreciação, é considerada a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Sociedade à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

vida utii
25 a 50 anos
10 a 40 anos
30 a 50 anos
20 a 40 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC n° 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e concluiu que em 31 de dezembro de 2022 seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

c) Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, a Sociedade determinou o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, de 72 meses, ao valor de R\$ 9.686. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

Em 12 de julho de 2021 a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Consequentemente, em setembro de 2021 a Companhia reconheceu o montante adicional de R\$ 986, bem como extensão de 11 meses na sua respectiva outorga conforme divulgado pela CCEE.

Em 31 de dezembro de 2021 o ativo não financeiro de extensão de outorga reconhecido pela Sociedade totalizou R\$10.672.

Em setembro de 2021 a Sociedade efetuou a liquidação do passivo referente contas a pagar risco hidrológico no montante de R\$30.185.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Arrendamento

A composição dos arrendamentos é a seguinte:

	Equipamentos
Custo 31 de dezembro de 2020	221
Atualização	3
31 de dezembro de 2021	224
Atualização	190
31 de dezembro de 2022	414
Depreciação 31 de dezembro de 2020	(82)
Adições de depreciação	(71)
31 de dezembro de 2021	(153)
Adições de depreciação	(168)
31 de dezembro de 2022	(321)
Total em 31 de dezembro de 2021 Total em 31 de dezembro de 2022	71 93

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados a outorga.

Em 31 de dezembro de 2022, os passivos de arrendamento são como segue:

	2022	2021
Valor nominal dos pagamentos futuros	143	115
Ajuste a valor presente	(2)	(3)
·	141	112
Passivo circulante	141	80
Passivo não circulante	-	32

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Arrendamento--Continuação

	2022	2021
Valor nominal dos pagamentos futuros	143	115
Ajuste a valor presente	(2)	(3)
	141	112
Passivo circulante	141	80
Passivo não circulante	-	32

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	112	176
Adições	190	3
Pagamento	(167)	(76)
Juros sobre arrendamento	6	9
Saldo final	141	112

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Sociedade para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Contas a pagar

	2022	2021
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	203	660
Fornecedores	889	255
Contas a pagar – partes relacionadas	399	2.475
Seguros	20	8
Total	1.511	3.398

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		2022		2021	
	_		Não		Não
Credor	Encargos	Circulante	circulante	Circulante	circulante
Em moeda nacional					
BNDES	TJLP (*) + 2,51 % a.a.	8.030	42.133	7.988	49.613
Total	_	8.030	42.133	7.988	49.613

^(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

Movimentação do empréstimo nos respectivos exercícios:

	2022	2021
Saldo inicial	57.596	65.393
Juros provisionados	4.846	4.390
Amortização – principal	(7.811)	(7.791)
Pagamento – juros	(4.468)	(4.396)
Saldo final	50.163	57.596

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor, composto de principal e juros, é amortizado mensalmente, tendo o contrato como vencimento final a data de 15 de setembro de 2029.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2022, têm os seguintes vencimentos:

	Valor
Ano	
2024	7.791
2025	7.791
2026	7.791
2027	7.791
Após 2027	18.449
Total	49.613

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas cláusulas incluem, entre outras obrigações, manutenção do saldo mínimo das contas de reserva de serviço da dívida e de O&M (Nota 6) e a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (debt-covenants), os quais foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2022, existe uma contingência classificada como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 24 (não havia em 31 de dezembro de 2021), referente a uma autuação administrativa ambiental.

Movimentação dos processos em andamento com probabilidade de perda provável:

	Ambientais
31 de dezembro de 2020	
Inclusão	-
31 de dezembro de 2021	-
Inclusão	24
31 de dezembro de 2022	24

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 115.438, dividido em 124.707.558 (cento e vinte e quatro milhões e setecentos e sete mil e quinhentos e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 08 de dezembro de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a redução de capital da Sociedade, no montante de R\$ 9.200, sem o cancelamento de quotas.

b) Reserva de retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4° e 5° da Lei n° 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Acões.

Em 10 outubro 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos intermediários, referentes ao período de 30 de junho de 2022, no valor de R\$ 3.766.

Em 23 de março de 2022, os acionistas, por meio da Ata da Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor R\$ 6.551.

Em 08 de abril de 2021, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 14.270, sendo R\$10.702 declarados em 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita operacional líquida

	2022	2021
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	540	-
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	30.650	39.313
Resultado com MRE e CCEE (*)	-	7.044
	31.190	46.357
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
ICMS	(3)	-
PIS	(201)	(275)
COFINS	(927)	(1.267)
Receita operacional líquida	30.059	44.815

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

13. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	2022	2021
Custo de geração de energia		
		900
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	4 224	890
Royalties ANEEL	1.234	1.111
0.515	1.234	2.001
Custo com a operação		_
Impostos, licenças e taxas	6	7
Viagens	19	
Serviços de terceiros	845	757
Seguros	492	363
Pessoal	13	6
Depreciação	5.647	5.439
Manutenção	426	171
MRE/CCEE (**)	1.512	18.477
Outros	295	242
	9.255	25.462
Total do custo de geração de energia	10.489	27.463
Despesas gerais e administrativas		
Impostos, licenças e taxas	110	94
Serviços de terceiros	21	6
Promoção e publicidade	-	6
Total das despesas gerais e administrativas	131	106
Total de custos e despesas gerais e administrativas	10.620	27.569

^(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	994	2.234
Total	994	2.234
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	4.846	4.390
Juros sobre arrendamento	6	9
Imposto sobre operações financeiras	4	8
Despesas com juros e descontos concedidos	-	4.340
Outros	19	6
Total	4.875	8.753

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Corrente		
Imposto de renda	861	1.474
Contribuição social	431	706
Total do imposto de renda e contribuição social	1.292	2.180

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

	20	22	20	21
Impostos correntes	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	31.190	31.190	46.357	46.357
ICMS	(3)	(3)	-	-
	31.187	31.187	46.357	46.357
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	2.495	3.742	3.709	5.563
Receitas financeiras	994	994	2.234	2.234
Outras receitas	53	53	48	48
Base de cálculo total	3.542	4.789	5.991	7.845
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
Total	861	431	1.474	706

^(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão resumidos como segue:

	Nota	2022	2021
Ativo			
Contas a receber			
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(a)	2.623	3.441
Energética Campos de Cima da Serra Ltda.	(a)	-	751
Pezzi Energética S.A.	(a)	-	1
		2.623	4.193
<u>Passivo</u>			
Contas a pagar			
Elera Renováveis S.A.	(b)	399	2.475
		399	2.475
Dividendos a pagar			
Elera Renováveis S.A.	(c)	-	2.184
		-	2.184
Resultado			
Venda de energia			
Elera Renováveis S.A.	(d)	-	3.409
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	(d)	30.650	35.904
-		30.650	39.313
Compras de energia			
Elera Renováveis S.A.	(e)	-	890
	. ,	-	890
			-

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (c) Dividendos a serem pagos para a acionista da Sociedade;
- (d) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo.
- (e) Compra de energia elétrica para outras empresas do grupo.

Durante o ano de 2022, a remuneração total dos administradores foi de R\$ 12.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Seguros

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 248.679 (R\$ 201.834em 31 de dezembro de 2021) para os bens vinculados à autorização.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal Tangará Energética S.A.., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 450.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2021).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2022/2023 de 80% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Sociedade. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

		2022			2021	
		A valor justo			A valor justo	
	Custo	por meio de		Custo	por meio de	
Ativos financeiros	amortizado	resultado	Total	amortizado	resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	_	1.468	1.468	-	4.302	4.302
Contas a receber	2.624	-	2.624	4.194	-	4.194
Depósitos restituíveis						
e valores vinculados	-	5.979	5.979	-	6.075	6.075
	2.624	7.447	10.071	4.194	10.377	14.571

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021	
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado	
Contas a pagar	1.511	3.398	
Empréstimos e financiamentos	50.163	57.596	
Arrendamento	141	112	
Dividendos a pagar	-	2.184	
	51.815	63.290	

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

• Caixa e equivalentes de caixa, depósitos restituíveis e valores vinculados

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

• Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

• Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

• Contas a pagar e dividendos a pagar

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2022 e 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	1.468	4.302
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5.979	6.075

c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2022 e 2021. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) Risco de concentração de carteira de clientes

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, requisita garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) Risco de taxa de juros

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) Risco hidrológico

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Sociedade controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

- d) Gestão de risco--Continuação
 - vii) Risco de não renovação da autorização

A Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal n° 13.360 alterou o art. 26°da Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, elevando o limite inferior das usinas classificadas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos hidrelétricos com potência instalada entre 3 MW e 5 MW poderão ter suas outorgas convertidas em registro (CGH), conferindo direito a perpetuidade no prazo de exploração de seus empreendimentos (não há prazo para vencimento do registro de CGHs).

A referida Lei dispõe ainda que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação, poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

O valor da UBP será publicado pelo MME com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga, tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa n° 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Medida Provisória nº 998, de 02 de setembro de 2020, alterou o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, eliminando a aplicação do desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD), na hipótese de prorrogação das outorgas que detêm esse benefício estabelecido em suas autorizações ou concessões.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2022 e de 2021, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

20. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 22 de março de 2023.